GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

REGIÃO, DESENVOLVIMENTO E CULTURA

EDITADO PELO GOVÊRNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Secretaria de Imprensa e Divulgação

Palácio Rio Negro

DIEGUES JÚNIOR

REGIÃO, DESENVOLVIMENTO E CULTURA

prefácio
de
ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

Manaus — Amazonas
1966

índice

prefácio

A VIDA regional do Brasil encontrou, em Diegues Júnior, o seu mais autêntico intérprete. Não apenas o Brasil geográfico, mas o Brasil cultural, nas suas peculiaridades e nas suas melhores características como povo, como ação e como resultante de operação criadora sôbre a terra e sob o imperativo do espírito.

Em seu livro sôbre a sociologia regional, editado há anos no México, já nos propusera o conjunto de problemas, com que nos defrontamos ao tomarmos contacto com mundos divididos e sociedades diferenciadas pelo uso da terra, pelos comportamentos em grupo, pelas atitudes face aos mil problemas que temos de admitir e resolver em nossa vivência diária.

Hoje, o professor da PUC do Rio de Janeiro, o diretor do Centro Latino-Americano de Pesquisas Sociais vem falar de região e desenvolvimento, região e folclore, região e regionalismo e cultura regional do Brasil, conjunto magnífico de pequenos ensaios que são o fruto de tôda a sua excelente experiência como sociólogo e como mestre nos assuntos de política, esta naquele sentido puro de ciência social a serviço do bem-estar coletivo.

Será conveniente advertir que, no primeiro ensaio, Diegues Júnior traz a sua atenção para as Américas no que elas apresentam de regional e global para a adoção de todo o vasto corpo de medidas de govêrno, necessárias às mudanças estruturais que já se operam ou se planejam. Nas Edições do Govêrno do Estado, "Região, Desenvolvimento e Cultura" tem, por isso, um lugar de relêvo.

MANAUS, dezembro de 1966.

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

REGIÃO E DESENVOLVIMENTO

A PROPORÇÃO que se desenvolvem os estudos sôbre a América Latina, sobretudo pela identificação de suas condições sócio-econômicas atuais e de suas possibilidades para o futuro, chega-se à evidência de que não será possível alcançar uma integração de tôda a área latino-americana sem considerar as peculiaridades regionais dentro de cada país, ou entre zonas idênticas de países vizinhos. No primeiro caso, teremos regiões, que não raro são sub-culturas, constituindo a unidade cultural do país; no segundo caso, encontramos zonas de idênticas condições em países vizinhos, como é o caso da zona andina, para a Bolívia, Equador, Peru, etc., ou a zona platina para Brasil, Uruguai, Argentina, ou a Amazônia, para Brasil, Peru, Bolívia, Venezuela, Equador, Colômbia, etc., e assim por diante.

Estamos diante de uma realidade a que não se pode fugir : o regional deve ser base do planejamento para o desenvolvimento por constituir a realidade social e cultural de cada país. Dentro do continente, ou da área latino-americana, não pode ser construído um processo de desenvolvimento e de integração sem que se leve em conta êsse condicionamento regional, e muito menos se pode pensar num desenvolvimento espontâneo, automático e equilibrado. E' mister, por isso mesmo, considerar as

peculiaridades internas de cada país, o que chamaríamos aqui de regionalização nacional, e, ao mesmo tempo, levar em conta as similitudes regionais entre países vizinhos.

Há uma estreita relação entre desenvolvimento e região; a própria história econômica e social dos países latino-americanos o mostra. E a primeira perspectiva, talvez, se possa encontrar no processo de independência dos atuais países hispano-americanos, que oriundos de uma mesma organização política — o Império Espanhol — se desmembrou em diferentes unidades políticas, marcadas de modo característico pelas peculiaridades de cada uma. Ao sair desta perspectiva histórica, encontra-se a perspectiva econômica, onde o quadro da regionalização não é diferente. Se não a totalidade, mas sem dúvida a maioria dos países latino-americanos sentiu um processo de atividade econômica que decorreu de conformidade com o processo de ocupação humana, atentas às condições que as regiões internas ofereciam. Se é certo que, em sua maioria, os países latino-americanos ainda se prendem, no valor de sua economia, a uma mono-atividade, não é duvidoso afirmar, de outro lado, que em todos êles seria possível encontrar diversificação econômica interna, se bem que nem sempre através de produtos para fins comerciais externos ou de pêso econômico na balança comercial, mas sem sombra de dúvida valiosos no que se refere à fixação e estabilidade de grupos internos da população nacional.

O caso do Brasil, por sua extensão territorial, torna mais nítido o quadro acima referido: a ocupação do território se fêz na seqüência da implantação de atividades econômicas oriundas das condições oferecidas pela terra. O que se tem chamado de ciclos econômicos, pode-se preferencialmente considerar como fases do processo de ocupação humana em que se criaram relações entre o homem e a terra, atendida a vocação ecológica desta. A

princípio, o pau-brasil como atividade extrativista na orla marítima; depois a cana de açúcar, que deu um potentíssimo foco de crescimento econômico no Nordeste, e ainda hoje fundamental na economia de grande parte da região; a pecuária tornou-se o centro de expansão da ocupação mediterrânea e do extremo-sul; o ouro, base da ocupação do planalto interior, em todo o século XVIII; o café, a partir do século XIX, o cacau nos começos dêste século, a borracha dos fins do século XIX às primeiras décadas do século atual são outros pontos de valorização econômica. E por aí afora poderíamos encontrar focos regionais de crescimento econômico que, sem dúvida, poderiam ser considerados, aceitando-se as expressões de François Perroux, como "pólos de crescimento".

Se examinarmos a situação no que tange à América de origem Espanhola, o quadro seria o mesmo; não haveria exceção. Durante o período de domínio da Espanha, a regionalização foi considerada, em suas constantes econômicas, com atrativos que seus espaços físicos apresentavam. A ampliação do Império, fêz-se com uma população que não se traduzia em grandeza quantitativa; contudo, esta população cedo se apercebeu de diferenças impostas pelo meio natural e assim soube instalar-se.

A diferenciação que se observa desde então já foi constatada, do ponto de vista histórico, pelos que, no Instituto Pan-Americano de Geografia e História, têm tentado a interpretação do continente americano em suas variantes étnicas. E isto porque o fenômeno que se observou em relação à América de origem Espanhola ou Portuguêsa também se traduziu nos Estados Unidos. O mesmo aí ocorreu. A regionalização, como fato realístico, existiu, como tal compreendida desde a implantação das 13 colônias e posteriormente com o **rush** para oeste e a ocupação dos novos territórios.

Estamos, pois, — no quadro da América Latina — diante de um condicionamento regional ao processo de desenvolvimento; quer dizer, êste não pode existir, válido e harmônico, se não estiver ligado à condição regional. Esta é que pode indicar os rumos a seguir, ou seja a perspectiva do "pólo de crescimento", como capaz de contribuir para o próprio desenvolvimento nacional. Assim teríamos o crescimento regional, mercê das condições que cada região oferece ao estímulo de suas atividades precípuas, contribuindo para um desenvolvimento nacional, do que resultaria a integração.

E' na região que se encontram os vários centros de atividades que lhe formam o tecido da vida : o econômico, o social, o educacional, o cultural, o linguístico, o tradicional, sem esquecer aquêle que é profundamente humano, o psicológico. Êstes centros facilitam, na sua intercomunicação, o crescimento dessas atividades que são alimentadas, na sua coesão, pela existência dos mesmos sentimentos, da mesma origem, da maneira de raciocinar, da mesma visão dos fatos e do mundo. A homogeneidade da região representa um elemento importante para evitar os desequilíbrios, e sobretudo para, através da descentralização, encontrar as novas fontes de vida e de riqueza comum.

Chegamos à evidência de que as Ciências Sociais, utilizando seus métodos próprios de pesquisa, de estudos, de interpretação, e análise das condições sócio-econômicas das regiões em cada país, estariam aptas a indicar alguns caminhos para o crescimento econômico e o progresso social de nossas nacionalidades. Êsses caminhos estariam localizados em centros ou comunidades, que, estudados devidamente e atingidas por programas específicos, teriam se tornado os fundamentos para alcançar alguns fins básicos ao desenvolvimento e à integração da América Latina.

O regional representa hoje tôda a base do desenvolvimento nacional; é na região que se encontra a origem do desenvolvimento econômico, tal como se pode observar pelo crescimento econômico dos países latino-americanos. A partir da região, o desenvolvimento pode propagar-se — e assim se verificou na maioria dos nossos países — e desta forma tem sido, desde que sejam empregados estímulos adequados para a extensão do processo. Êste desenvolvimento pode inclusive transbordar as fronteiras nacionais para tornar-se fator de progresso supra-nacional. E talvez aí possa alcançar-se a comunidade mundial por que aspiram os homens de boa vontade e de boa fé.

Não se trata apenas de movimentos regionalistas essa procura da origem regional do desenvolvimento, pois isso seria tirar à região tôda a sua expressão e diminuir-lhe a significação; a vocação regional tem sido posta em prova em vários países do mundo, como é o caso da França, através das "regiões de programa" para a execução do quarto Plano; ou o da Itália, sobretudo na programação do processo de Reforma Agrária; ou ainda o da Bélgica. A êstes exemplos, outros se poderiam acrescentar para acentuar o papel da região no desenvolvimento econômico. Papel, aliás, — repita-se ainda uma vez — fundamental. Nela, na região, se situa a base de todo o desenvolvimento econômico, pois êste não pode alcançar-se em sua plenitude, harmônica, equilibrada, global, se não partindo da região. A região permite identificar e compreender o desenvolvimento nacional.

Através da região encontrar-se-á o espaço estruturado em que a teia econômico-social está devidamente construída como base adequada para, partindo dessa unidade, somar-se a outras unidades; na região, baseada na vivência comunitária, entrelaçam-se, fundem-se, harmonizam-se, compreendem-se a família, a emprêsa, o sindicato, os órgãos

intermediários, que se vão somar a outras vivências comunitárias para a unidade nacional. Embora as regiões possam desenvolver-se desequilibradamente, isto é, umas mais ràpidamente, outras menos ràpidamente — e daí encontrar-se os diferentes estágios regionais dentro de cada país — a região persistirá sempre como elemento básico capaz de assegurar à nacionalidade os fundamentos de suas necessidades econômicas.

Torna-se assim o marco regional o ponto de partida para a expansão da vivência coletiva. E por isso mesmo a região não tem fronteiras físicas, pois ela traduz uma comunidade unida por sentimentos comuns, por um mesmo fundamento econômico, pelas mesmas condições sociais, que se alargam à proporção que os fatôres de estímulo fazem dela uma unidade motriz, impulsionando o seu crescimento ao encontro de outras regiões, não raro com condições distintas em seus alicerces de exploração econômica ou de atividade comunitária. A fronteira regional, portanto, não se fixa fìsicamente; representa antes uma função de perspectiva para o crescimento econômico, de modo que possa contribuir para o desenvolvimento nacional e, tanto quanto possível, proporcione à nação uma extensão plurinacional. Daí a existência de pólos de crescimento, que se vão desdobrando, mercê dos impulsos recebidos, a fim de somar-se a outros, dentro da nação, proporcionando a esta o seu autêntico desenvolvimento econômico; e, expandindo-se além dos limites nacionais contribuir para uma aproximação supra-nacional, em contacto com a expansão do desenvolvimento vindo de outras nações.

Um pólo de crescimento regional tem dupla função: uma, de aglomeração, outra de expansão. Nêle se aglomeram as atividades econômicas capazes de ser impulsionadas, mediante investimentos adequados e estímulos correspondentes às suas necessidades; essa aglomeração crescerá em ritmo que vai constituir sua outra função, a de expansão,

fazendo com que os reflexos dessa atividade, inicialmente aglomerada, se desdobre e funcione como um elemento de atração de novas condições e, também, de incentivo à novas criações. As pesquisas sociais podem justamente fixar as condições e o momento da aglomeração, e ao mesmo tempo indicar os rumos para a expansão. E' mais um aspecto para mostrar a alta importância, a significação fundamental da região para o desenvolvimento e a integração da América Latina.

Êste o verdadeiro caminho para o desenvolvimento latino-americano e, em especial, para a integração econômica e social da América Latina. O desenvolvimento e a integração dos países latino-americanos representarão as justas aspirações dos nossos povos e os exatos interêsses por que lutam e vivem, desde que constituam, a partir da região, a soma dessa vivência comunitária, numa aproximação cada vez mais rica de sentimentos de solidariedade entre os homens. A região, base do desenvolvimento econômico, será também o fundamento da integração latino-americana. Neste sentido é que devem estabelecer-se os melhores esforços e o mais completo quadro das aspirações e dos interêsses dos países e das populações da América Latina.

No quadro destas relações entre desenvolvimento e região caberia às Ciências Sociais, através de suas pesquisas e estudos, estabelecer uma regionalização latino-americana, e analisar o funcionamento dos distintos núcleos de crescimento existentes, a fim de caracterizar, em cada região, aquelas comunidades que possam constituir mais ràpidamente centros de crescimento regional, mediante a aplicação de programas adequados de investimentos, visando ao desenvolvimento nacional e, por extensão, continental.

Dentro desta preocupação é que o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais está voltando sua atenção para o estudo regional, através da identificação dos focos de crescimento que, caracterizando a realidade latino-americana, ofereçam um modêlo adequado aos interêsses do desenvolvimento nacional e latino-americano. E' evidente, e não se pode esconder, que não é possível aos países latino-americanos procurarem em modelos estranhos às suas origens e formação, aos seus interêsses e aspirações, os caminhos que possam seguir para o encontro de seu futuro. E' necessário encontrar o modêlo correspondente às aspirações nacionais da América Latina. A experiência de sua aplicação, a fim de que seja devidamente adequalizado às condições latino-americanas, poderá abrir novas perspectivas ao desenvolvimento nacional, mediante a contribuição, já agora fundamental, das Ciências Sociais.

REGIÃO E REGIONALISMO

O ESTUDO da região pela Sociologia ou pela Antropologia cria o regionalismo. E' o regional o sentido do seu exame ou estudo; o regional, portanto, o meio objetivo de sua pesquisa. Regionalismo, porém, não se confunde com estadualismo ou provincialismo ou mesmo localismo. Há diferenças profundas que cumpre salientar de modo a evitarem-se confusões.

O regional não é estadual ou provincial, nem local. E' possível que uma área regional, determinada para estudo, possa coincidir com a área estadual ou a área municipal. Não se poderá, todavia, confundir uma com outra, em seu sentido próprio. O regional não é estadualismo nem mesmo localismo, expressões que se ajustam melhor ao sentido político da área de influência ou de jurisdição estadual ou local, como possamos entender o Estado como unidade político-administrativa, intermediária entre a União e o Município, êste por sua vez expressão do localismo.

Estadualismo ou provincialismo ou ainda localismo têm, dêste modo, um sentido político e administrativo. Dizem respeito tais expressões mais particularmente a uma área territorial de limites determinados, sôbre a qual incide a jurisdição de um govêrno de Estado ou Província e de Município. Têm também sentido político, quando

procura atender a interêsses de uma dessas ordens de administração ou de govêrno. Não se confundem, em consequência, com regionalismo; nem região se confunde com Estado ou Província ou Município.

De modo que o regional não é absolutamente o estadual ou provincial ou o local; correspondendo a uma integração de diversos fatôres — os físicos, os econômicos, os sociais, os culturais — que formam um conjunto de relativa harmonia, o regional pode coincidir com a área estadual, mas nunca confundir-se com ela. Traduz antes uma unidade real, concreta, organizada, talvez mesmo parte do todo.

E' certo — repitamos — que podem coincidir. Pode haver coincidência de delimitação entre região e Estado. Muito embora, por outro lado, a região possa abranger mais de um Estado ou Província, ou ainda um Estado ou Província possa possuir mais de uma região. Tudo depende do sentido sociológico ou antropológico em que se encare a região que se deseja estudar, fixando-lhe os elementos que a caracterizam e a definem.

Nem se considere também o regional separatismo ou desagregação. Ao contrário: nêle se pode encontrar o fortalecimento da unidade, ou o elo comum de coesão. No caso do Brasil, são justamente as diversidades regionais que formam a unidade cultural do todo como País. Das diversas regiões ou sub-regiões, com suas características físicas, sociais, demográficas, ou econômicas, nasce essa unidade de cultura nacional. São êsses complexos culturais das várias regiões brasileiras — assinala o professor Charles Wagley — que unificam o Brasil como povo ou como nação.

Salientava Mukerjee, em livro hoje clássico sôbre regionalismo cultural, a importância dos estudos regionais nas ciências sociais, porque através dêles se fixa a região como uma realidade concreta e objetiva. Adianta que em

um estudo regional a primeira verdade a surgir é a existência de uma conformidade entre as etapas e tipos de evolução econômica e política e as de desenvolvimento social. E na sua celebrada obra **Regional Sociology** refere que o progresso social se afirma como o complexo desenvolvimento entrelaçado de operação biológica que desenvolve contìnuamente a atividade recíproca para a elevação de tôda a comunidade vivente.

De modo que no regional surgem elementos que, formando a simbiose orgânica e social, permitem a vida humana e lhe dão contornos objetivos e nítidos. Daí a importância do regional e do regionalismo; daí o papel que cabe à região, quando encarada sociológica ou antropològicamente. O que constitui, portanto, a matéria própria de uma ciência social aplicada ao conhecimento e interpretação da região.

Regionalismo não é estadualismo ou localismo, nem separatismo ou desagregação; êle se apresenta como um movimento cujas bases teóricas visam antes a objetivos práticos no sentido de colocar a região como elemento fundamental da vida humana. E não só isso : dar ainda à região o sentido cultural que ela deve ter com influências criadoras e como centro de atividades econômicas básicas, evitando-se a atrofia de iniciativas e de atividades próprias, cerceadas pela fôrça de um poder mais alto.

Recorda Lewis Munford que na França o regionalismo significa um protesto contra a centralização excessiva que se operou na política e na cultura. Dêsse movimento resultaram não só a reconstituição das universidades provinciais como também intenso desenvolvimento de certas regiões. Já na Dinamarca teve um sentido de renascimento do nativismo folclórico; traduziu a recuperação da herança nativa das baladas e da literatura folclórica. Fundaram-se escolas superiores folclóricas nas regiões; desenvolveu-se o

movimento cooperativista com bases regionais; intensificou-se a aplicação de processos científicos na agricultura e na criação nas regiões agropastoris.

Nos Estados Unidos, o movimento regionalista, que tem em Howard W. Odum um de seus principais líderes, encontrou nas universidades seu mais importante centro de expansão e difusão. O regionalismo é considerado, particularmente, como o estudo de divisões do país, maiores que o Estado, distinguindo-se umas das outras por características geográficas, econômicas e culturais. Êstes três elementos são sempre, como temos visto, os fundamentais na caracterização do regionalismo e consequentemente na conceituação de região. Daí a afirmativa de Odum de ser a região uma área onde várias espécies dessemelhantes de habitantes adaptam-se a uma existência comum, baseada esta na comunidade ecológica como um todo contínuo.

De modo geral pode considerar-se o regionalismo não só um movimento social e cultural teórico; mas também um método de estudo e análise de fatos, sobretudo de fatos sociais ou culturais, tendo como centro de referência a região. Decorrendo dêsses dois aspectos pode surgir um terceiro, já agora como plano de trabalho que vise ao desenvolvimento econômico e social de certas áreas. Neste sentido, é que podemos apontar a orientação traçada na Carta Constitucional do Brasil, de 18 de setembro de 1946, ao fixar, em vários de seus dispositivos, normas visando à recuperação econômica e social de regiões brasileiras : da Amazônia, do vale do São Francisco, do polígono das sêcas do Nordeste, por exemplo.

Há, pois, tríplice aspecto no regionalismo, que vai desde sua teoria, passa por um método de estudo e, por fim, chega a uma aplicação prática, E' desta forma que o encara Kimball Young, observando, em resumo, que o regio-

nalismo é essencialmente uma teoria, e usa-se como um método de pesquisa, de estudo e de interpretação, visando a colocar a região na cultura nacional e internacional.

Os problemas que cada país apresente, através de suas peculiaridades e não raro também de seus contrastes, não só de ambiente como de cultura, devem ser estudados em base regional. De maneira que nenhum aspecto ou assunto nacional prescinde de ser conhecido, pesquisado, estudado, em bases menos amplas ou gerais; o que requer, portanto, uma investigação em áreas definidas, em ambiente físico-social, que permita mais exata compreensão das relações de cada tema estudado. E' o que se fará, ao dar, em base de região a caracterização dos problemas de um País. E, por extensão, mais amplamente, mesmo de um continente.

FOLCLORE E REGIÃO

SE É CERTO que nem tudo que é regional é folclórico, não padece dúvida, porém, que o folclórico deve ser regional. Isto é, deve ter uma base de região : a da área ou ambiente territorial em que se manifesta o fato, onde êle é colhido e encontrado, os aspectos peculiares que êle recebe. O que, por outro lado, não tira o caráter universal do folclore, quer dizer a universalidade de manifestações folclóricas, a existência em quase todos os povos de idéias, crenças, fatos que se incluem no folclore.

A base regional do folclore, porém, é que lhe dá os contornos mais definidos, a sua expressão como sobrevivência, ou existência, ou aparecimento de motivos que se tornam populares naquela área. Pois todo fato folclórico tem sua área de existência, muito embora se encontrem variantes em outras regiões. Justamente a definição territorial — ou da região — permite que se caracterize a origem, o fundamento, a manutenção dos fatos folclóricos, estudando-se os grupos étnicos e a cultura da região em que êles aparecem.

Como ciência que se inclui entre as do homem, o folclore se integra na região, tendo em vista os elementos que formaram esta, que lhe deram as características culturais, que condicionaram, se não determinaram, o seu

desenvolvimento. Como tôda manifestação de cultura humana, o fato folclórico se origina dos fatôres que caracterizam a região.

Êste caráter regional do folclore, entretanto, não deve constituir uma feição de regionalismo como luta ou divergência; antes como expressão de feição própria da região ou melhor como elemento que caracteriza o ambiente em que se formaram os respectivos grupos humanos. A marca regional, tanto quanto no homem, se imprime no folclore. Pois a base do folclore está sempre na sua delimitação em determinada área. Apesar do que não se perde nêle o sentido universal, como universal é o homem como pessoa, como indivíduo, como integrante de grupo social.

No Brasil, em face das diversidades e contrastes regionais que se encontram em seu vasto território, mais cresce a importância da base regional, que não se restringe ao fato folclórico, mas a todos os fatos sociais ou culturais. Tanto quanto nos tipos humanos que vão do tapuio amazônico ao jangadeiro cearense, do vaqueiro nordestino às baianas do Salvador, do garimpeiro de Minas Gerais ao gaúcho do Rio Grande do Sul, do caipira de São Paulo ao canoeiro do São Francisco, também variam as manifestações folclóricas diante da diversidade regional. O caso, por exemplo, dos trajos.

Sabemos que no Brasil não há rigorosamente trajos populares ou típicos. Mas três, pelo menos, são característicos : o das baianas, o do vaqueiro nordestino e o do gaúcho. Se destacarmos êstes dois últimos tipos sociais, veremos que ambos se dedicam a uma mesma atividade : a pecuária. Mas cada um dêles realiza esta atividade através de peculiaridades em face das influências do respectivo meio. O que se reflete, igualmente, no trajo.

Enquanto o vaqueiro do Nordeste se caracteriza pelo uso do couro em seu trajo, o gaúcho do extremo-sul apresenta outro elemento a caracterizar seu vestuário : em particular, a lã. São efeitos das condições de meio, quer pelas influências climáticas, quer ainda pela situação do meio vegetal. dentro do qual o elemento humano se movimenta. De couro é o chapeu de abas, de fundo chato ou cônico, é o gibão ou casaco de mangas, é o guarda-peito, prêso ao pescoço e cobrindo a frente do corpo até a cintura, são as perneiras apertadas, os sapatos grossos, alpercatas ou sandálias, que o vaqueiro do mediterrâneo nordestino usa nas atividades do criatório. Já no trajo do gaúcho, de nítida influência hispânica, não aparece, senão em parte, o couro : de tecidos se fazem o poncho, as calças largas caindo sôbre as botas curtas, o chiripá. A diversidade do uso de elementos do trajo mostra a diversidade de região, em que vivem o gaúcho e o vaqueiro, embora os aproxime o mesmo trabalho de lidar com o gado. Tanto quanto estas formas de trajo, distinguem um e outro também a origem étnica e a formação cultural.

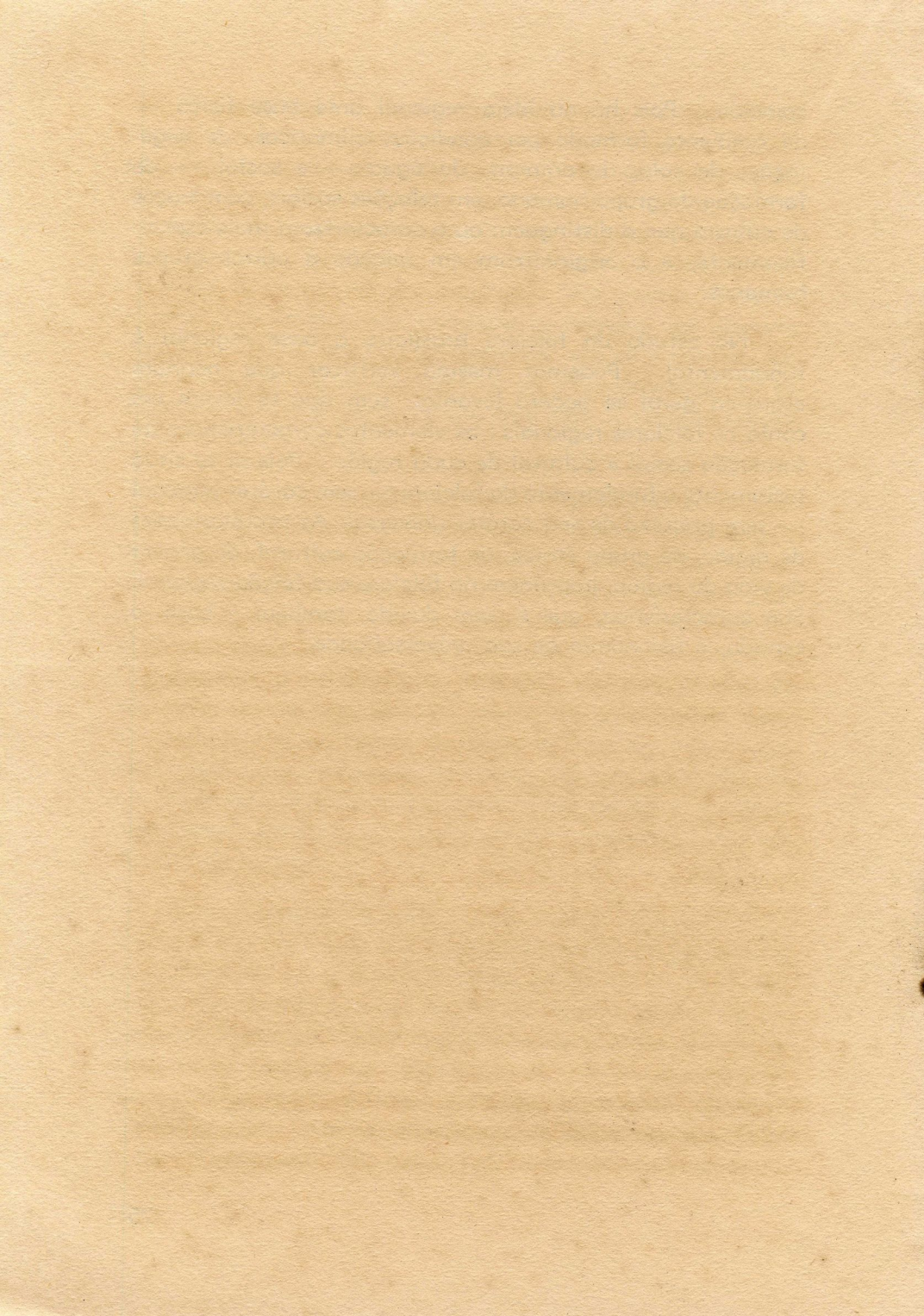
Igualmente regionais são outros aspectos brasileiros referentes à atividade humana ou a manifestações culturais. Uma mesma peça ou utensílio de pesca, por exemplo, toma denominação peculiar à região em que aparece : o puçá em uma área é o jereré em outra; já êste jereré se conhece como tetéia em área diferente, ao mesmo tempo que ticuca é o nome do puçá em outra área. O motivo do boi no folclore aparece através de um folguedo cuja substância ou idéia é comum, mas que apresenta formas diferentes e diferentes os nomes . o boi-bumbá na Amazônia, o bumba-meu-boi no Nordeste, o boi de mamão em Santa Catarina, o boi barroso no Rio Grande do Sul, o boi em várias partes, e assim por diante.

Regionais são os tipos sociais do Brasil; e como reflexo dessas condições regionais, surgem as manifestações folclóricas. Produzem-nas as tradições peculiares de cada região, com os elementos culturais da respectiva formação. A existência de uma substância comum não tira a existência, não raro, de conteúdos diversos; nestes conteúdos se refletem as peculiaridades regionais. São poetas, são cantadores, são artistas, são criadores os homens das diversas regiões do País; mas nas suas poesias, nos seus cantos, nos seus desafios, nos seus trabalhos de arte modificam-se as substâncias, às vêzes os temas, não raro a caracterização ou a feição da idéia.

Não que isto resulte de uma influência determinante do meio; nem o clima de Huntington, nem os cursos dágua de Metchnikof, nem a riqueza do solo de Buckle são fatôres determinantes da influência do meio sôbre o homem. São, e isso não se pode negar, como todos os elementos do ambiente físico — e também do social — condicionantes. Condicionam a atividade do homem. Se não é possível encontrar-se um pescador em região de garimpeiros, nem um seringueiro em região de cana de açúcar, não é que haja nisso uma influência do meio; são peculiaridades de atividade econômica predominante numa região e, em face disso, condicionando, em relação com o ambiente, o gênero de vida do homem.

O que devemos considerar sob critério regional ou de região não se confunde com o princípio de divisão geográfica ou política em áreas administrativas de Estado ou de Município. Como região antes se deve entender, para fins de pesquisa folclórica, como igualmente de estudos sociais, o espaço físico-social ou físico-cultural, isto é, aquêle em que aspectos físicos e traços culturais apresentam características comuns. Da caracterização do que é regional foge o que é estadual ou municipal; embora, sim, possam

coincidir. Pois há na idéia regional uma base física — de ambiente formado por condições climáticas, de vegetação, de solo, de animais, de água — e social — de formação do grupo humano, em relações sociais, com traços de cultura que o distinguem ou o caracterizam mais especìficamente; e o originalizam em relação a outros grupos humanos.

No estudo do folclore brasileiro a base regional é fundamental. Podemos mesmo verificar que nenhum esquema geral se poderá levantar, sem que se levem em conta os folclores regionais : os elementos característicos da formação social e cultural de cada região. Pois aí se situa justamente o fundamento do folclore — sem caráter regional — sem prejuízo de seu caráter universal. As peculiaridades de região, de grupo étnico, de formação cultural, de gênero de vida da região, imprimem no folclore sua feição regional. Sua característica, que é, sem dúvida, também a base, o sentido, a fisionomia de sua universalidade.

CULTURA REGIONAL DO BRASIL

A UM modesto estudioso de Ciências Sociais, que tem procurado ser quase ùnicamente e sempre um estudante, é motivo de alegria a oportunidade de estudar as condições regionais da formação cultural do Brasil, tema que reflete, em suas linhas gerais, as bases da vida brasileira. E' um tema êste — o da regionalização da cultura brasileira — de importante significação para os estudos sociais em nosso País; e isto pelo que representa como contribuição para a própria unidade do Brasil como Nação.

Talvez êste sentido de nação, sociològicamente político, se torne responsável por se procurar ver a unidade, a igualdade, a harmonia, não raro a uniformização de um País; na realidade, mesmo no sentido nacional de um povo, não é difícil verificar quanto há de peculiaridades, de modos de ser, tão diversos ou distintos, tal como para a humanidade o Apóstolo Paulo já havia observado. De modo que, mesmo no estudo de uma nação, por maior que seja sua unidade e por mais comum que seja seu espírito, há sempre nuances próprias ou peculiares, diversidades de região ou de área.

O caso do Brasil é exemplo. A existência de fatôres comuns que dão unidade a seu extenso território, sempre nos levou a considerá-lo como um todo, uma unidade quase

monolítica. Se a língua escrita era, como é, a mesma, não se percebiam as diferenciações orais ou as criações próprias de cada meio; se o catolicismo era, como é, o mesmo, não se distinguiam os modos peculiares de praticá-lo ou, sobretudo, de fazê-lo existir. Desta forma, o estudo do Brasil sempre se baseou neste fundo de unidade, que era mais exatamente de uniformização.

E' fato que, em tôda a extensão territorial do Brasil, a quase continentalidade de sua área geográfica — mais de oito milhões de quilômetros quadrados — criava a ufania do domínio, e com ela o obscurecimento do que era peculiar. Foi importante, sem dúvida, para tal compreensão, a circunstância de que, em tôda esta extensão territorial, uma população européia — a portuguêsa — acompanhada de escravos negros — os africanos — se estabeleceu de uma só vez. Portuguêses e negros africanos se foram estendendo pelo Brasil, quase de um jôrro, ao contacto com a população encontrada na terra : os índios, ou indígenas. Os três grupos iniciaram então os contactos, as relações que, nem sempre percebidas, tiveram formas variadas e não apenas variáveis, em diferentes partes do País.

Em 1535, quando começa a ocupação permanente do Brasil, a partir do Nordeste agrário, tendo Olinda como centro de irradiação, até a ocupação da Amazônia e do extremo-sul, são decorridos um pouco mais de 100 anos. Num século, portanto, a extensão territorial, beirando o litoral é certo, havia sido ocupada; e ao mesmo tempo já se havia iniciado a ocupação interior, sobretudo nas zonas fronteiriças de Espanha; o forte de Coimbra e o de Macapá são exemplos desta ocupação Se o centro estava vazio, e se vazio permaneceu até quase nossos dias, com partes ainda vazias presentemente, a realidade é que em menos de cem anos o território estava pràticamente ocupado; ao menos, em sua delimitação fronteiriça.

Esta circunstância, possìvelmente, tenha impedido de se reconhecer a diversidade dessa ocupação, tanto mais que, nos começos do século XIX, fracionada a unidade espanhola com a formação das repúblicas hispano-americanas, o Brasil se conservou uno, dentro de suas origens portuguêsas. O milagre da unidade nacional tão apregoada, tão discutido, tão exaltado. Resultou de tais condições, e de outros fatôres, que seria supérfluo examinar aqui, êste sentido de unidade que, além da territorial, se estendia à cultural; que não satisfeita de ser política, alongava-se a ser social e, por vêzes, étnica.

Éramos considerados assim um todo orgânico territorialmente unido e culturalmente uno. Pura ilusão : ilusão que se vinha mantendo, mas que a abertura de novas perspectivas nos estudos sociais no Brasil começou a modificar. Creio que é a partir do movimento modernista, de um lado, e, de outro lado, com a revolução de 1930, que estas novas perspectivas começam a configurar-se. Caracterizam-se as formas regionais do Brasil : regiões diferenciadas culturalmente, embora a língua, o cristianismo, a organização da família, a estrutura política mantivessem a unidade exterior, começam a caracterizar-se nos estudos sociais do Brasil.

E' claro que já no século XIX e nos começos do atual se sugerem possíveis classificações para dividir o Brasil, considerando o aspecto do estudo desejado. E' do século XIX, por exemplo, a classificação de André Rebouças a respeito de zonas agrícolas : no começo do século XX, Sílvio Romero com admirável antevisão, sugere a classificação de zonas sociais. E numa antecipação, que diz respeito, sobretudo, ao campo dos estudos de História do Brasil, lembra Martius, no princípio do século XIX, que o Brasil deve ser estudado — ou deve ter estudada sua formação e evolução histórica — através de focos de onde

partiram as linhas mestras de ocupação do território; são êstes focos : São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso; Maranhão e Pará; Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco; Bahia, Alagoas e Sergipe. São, em grande parte, focos culturais. E em seu tempo, começos do século XIX, Martius chamava atenção para o fato de "não ser suficientemente reconhecida no Brasil" essa diversidade. Isto é, a diversidade regional.

E' a classificação de Sílvio Romero aquela que primeiro sugere uma identificação das regiões culturais do Brasil, com base nas atividades econômicas exercidas. Embora não use a expressão "cultura" ou "cultural", o fato é que esta classificação de Sílvio Romero é a que primeiro leva em conta os fenômenos culturais, ou, em particular, os fenômenos ligados à atividade econômica. Sugere êle a seguinte classificação do que chama "zonas sociais" : gado no extremo-norte; borracha; pesca fluvial; gado nos sertões sêcos do Nordeste; gado nos campos e tabuleiros de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso; açúcar, mineração; mata; gado no planalto de Santa Catarina e Mato Grosso; cereais; gado no Rio Grande do Sul.

Outras classificações têm sido igualmente sugeridas. A de Arthur Orlando, em 1913, por exemplo : o escritor pernambucano indicava alguns tipos que se lhe afiguravam característicos das populações brasileiras e, como conseqüência, representativos delas. A classificação de Arthur Orlando abrange : o tapuio da Amazônia; o pernambucano; o mestiço baiano; o paulista; o gaúcho; o campineiro-faiscador; e o teuto-brasileiro.

Lembraremos ainda a classificação de Roquette Pinto, com base nas características do tipo físico — área de influência cabocla, área de influência africana e área de influência européia; ou a de Tristão de Athayde, vendo o Brasil através das condições psicológicas das populações, e

considerando as suas sociedades integrantes — o Litoral e o Sertão; a Cidade e o Campo; o Norte e o Sul; ou a de Joaquim Ribeiro, baseada no que chama de "áreas de homogeneidade cultural"; área da civilização costeira; área da civilização agrícola; área da civilização pastoril; área da civilização mineira; área da civilização platina; área da civilização amazônica.

E' a partir de 1930, portanto, que rigorosamente começamos a sentir o problema de uma classificação regional do Brasil. Surgem algumas classificações. Ora com base em um aspecto cultural — a culinária, a linguagem, por exemplo — ora, com aspectos mais gerais, procurando encarar a cultura em seu conjunto. E' dessa natureza a classificação de Donald Pierson e Mário Wagner Vieira da Cunha, que encontrou no Brasil as seguintes áreas culturais : a faixa costeira (Ceará a São Paulo); a floresta tropical; áreas montanhosas de floresta densa; a caatinga do Nordeste; e os campos do interior; é também a de Charles Wagley, que se referiu a regiões naturais, encontrando a do Vale do Amazonas, a costa do Nordeste, o Nordeste árido, os Estados industriais no Centro e a fronteira do oeste; é ainda a de Preston James que dividiu o nosso território em sete regiões culturais; norte, nordeste, litoral do Leste, Sudeste, São Paulo, Sul, Sertões.

A nós, estudando os problemas culturais brasileiros pelos prismas regionais, pareceu-nos que seria necessário reformular o conceito de regiões culturais; e ao dividir o Brasil, num quadro dessa natureza, não considerar isoladamente êste ou aquêle fator, pois todos êles — psicológicos, geográficos, sociais, políticos, históricos — se interpenetram; e só de sua integração é que resultaria adequado conhecimento daquelas características essenciais de uma região : no caso, de uma região cultural brasileira.

Não é possível mais em nosso tempo estudar uma região sob o exclusivismo de uma ciência ou de uma disciplina. Região deve ser o produto de interpretação interdisciplinar, em que se ressalta antes de tudo o trabalho do homem, o que êste realiza, o que êste cria, o que êste faz. Enfim, a presença do elemento humano, que transforma a paisagem natural em cultural. O homem se torna, pois, o centro de estudo da região.

O estudo regional é preferencialmente um estudo de caráter interdisciplinar; nem mesmo se pode dizer multidisciplinar. Não basta que as disciplinas se juntem ou estabeleçam campos específicos de atuação ou de trabalho, em conjunto, para o estudo regional; é necessário que estas disciplinas se associem, se interpenetrem, colaborem recìprocamente. Daí a necessidade de estudo interdisciplinar, justamente aquêle para o qual a própria Antropologia mais tem procurado chamar a atenção; atenção partida de quem, por experiência própria, sabe que o homem é uma unidade, composta de corpo e alma, cuja atuação se distribui através de vários contactos ou relações. Conseqüentemente, com múltiplas e variadas ações sob seu comando num meio regional : a social, a econômica, a psicológica, a política, a técnica, tôdas elas voltadas para o estabelecimento do próprio ambiente de vivência. Daí a existência dêsse conjunto de valores, de atos, de criações do homem, denominado cultural, pelo qual a Antropologia, em especial a chamada Cultural, é às vêzes Social, tem particular interêsse, senão mesmo preocupação.

Depois, o homem é o criador do seu meio; êle é quem transforma a paisagem e cria o seu ambiente. Natureza **tout court** que era a antiga preocupação geográfica — tal como a minha geração ainda aprendeu na escola primária : a geografia como descrição física da terra — nada vale.

nada é, sem o homem. Da ação dêste, de sua atividade criadora, desde o utensílio manual e primitivo até os instrumentos mais avançados e modernos, manejados não raro através de um simples botão, da ação do homem é que depende a formação da paisagem regional. Região é, pois, um produto da ação do homem. Do que êle realiza, do que êle cria, do que êle faz, enfim do que, com seu poder de criação, êle transforma para criar a sua paisagem; e com ela, a sua sociedade.

E' claro, portanto, que não se pode caracterizar a região — e isto não apenas em tese, mas nas hipóteses de trabalho que se escolhem : o Brasil, as Américas, um Continente, o Mundo — pelo seu aspecto puramente geográfico, ou puramente histórico, ou puramente econômico; mas por uma observação em que se associam os elementos de trabalho do homem, o que êle realiza, em face do meio físico. Um pouco talvez de ecologia social; mas, essencialmente muito de caracterização cultural.

De uma região se pode dizer que é sobretudo o resultado do sistema de relações que o homem estabelece, através de seu instrumental criador, no sentido de transformar o meio — no caso, especialmente, a paisagem geográfica ou puramente física — nêle construindo o seu ambiente social. Neste social, em sentido bem amplo — tôdas as formas de vivência e de reações que se estabelecem no campo econômico ou psicológico, político ou educacional, religioso ou técnico — compreende-se tôda a vida humana, o homem na plenitude de suas relações com os outros homens para dominar a natureza e transformá-la. Êste é, aliás, seu primeiro destino, aquêle que lhe atribuiu o próprio Deus ao criá-lo à sua imagem : "Dominai os peixes do mar, os pássaros do céu, os animais e tôda a terra" (Gênesis, 1, 26).

De modo que o estudo da região parte, portanto, da ação do homem, desmembrada em duas dimensões : uma

espacial, outra temporal. A primeira, a que o meio físico oferece, isto é, as condições do espaço geográfico, a situação natural encontrada. A segunda, a sua presença no tempo, sobretudo o tempo histórico, dentro do qual e através dos anos, dos séculos, de tôda a vida, os homens vão transformando sua sociedade, melhorando-a, desenvolvendo-a, num mais pleno domínio sôbre a natureza. Uma paisagem física ou natural transforma-se através do tempo ou da história. Desta ação do homem resulta, pois, aquêle sistema de relações a que nos referimos.

E como o trabalho do homem repousa numa preocupação inicial, que é a de atender às suas necessidades básicas, a atividade econômica é o primeiro passo da criação de uma paisagem cultural. Inicia-se uma atividade econômica, tarefa primeira da comunidade que se forma, seja ela a construção de um abrigo — a habitação — seja a coleta dos gêneros espontâneamente oferecidos pela natureza, a formação de uma agricultura de subsistência, ou o pastoreio, seja ainda a organização do artesanato que atende às exigências imediatas da nova sociedade, e daí a seguir, os passos do crescimento até a industrialização mais avançada. E' o processo inicial ou de aproveitamento da natureza, ou de sua transformação, em proveito do homem. Associam-se, pois, a dimensão espacial e a dimensão histórica; e dentro delas surge o que podemos chamar de uma sociedade regional, ou **tout court**, uma região.

Neste processo de adaptação e de transformação, ao mesmo tempo, e como que unindo as duas dimensões, participa um elemento que vai marcar o espírito da sociedade : o psicológico. Não se pode desprezar a importância que oferece a psicologia dos grupos em ação; e não raro são as próprias condições do ambiente que vão contribuir para constituir o elemento psicológico do grupo, como que fixando as características da sociedade. E' evidente que

variam as condições psicológicas em face de um ambiente natural : do litoral ou do sertão, da praia ou da montanha, da ilha ou do deserto. Mas é sobretudo relevante o próprio grupo, em seus antecedentes históricos e culturais, para lhe fixar a psicologia. O elemento psicológico introduz-se, pois, nesta formação, marcando as atitudes, as expectativas, o comportamento mesmo do processo.

Se se associam o espaço físico e o tempo, e se neste contacto forma-se a psicologia do grupo, temos a observar, e isto seria o elemento pràticamente inicial, que se trata de elementos humanos, de pessoas que são ao mesmo tempo, cada uma, matéria e espírito. Conseqüentemente, pessoas que se comportam como sêres fìsicamente e culturalmente definidos : pessoas que, ao lado de suas necessidades materiais de alimentação, de habitação, de vestuário, depararam também com as necessidades espirituais; é o homem, em sua completa unidade, e conseqüentemente estudado antropològicamente.

No caso específico do Brasil, o estudo da região preferencialmente parte das relações estabelecidas pelo processo de ocupação humana, com um grupo étnico ou grupos étnicos implantando-se, com uma atividade econômica criada, e a formação de um grupo social, em que se esteia a constituição da sociedade. Antropologia, psicologia, geografia, história, economia, sociologia, em primeiro lugar, dão-se as mãos interdisciplinarmente, para encontrar as razões de ser da região estudada, e em particular o homem. E como o homem, e só êle, é portador de espírito criador, que lhe deu o sôpro divino, é evidente que a êste espírito cabe criar a paisagem cultural que vai desenvolver êste ponto de partida. A região é, portanto, um produto da cultura humana; do que ela realiza, do que ela constrói, do que ela cria; cria e transforma. E' o permanente processo de mudança, sempre existente, nem sempre perceptível.

A região no Brasil deverá ser caracterizada culturalmente, encontrando na metodologia e nas técnicas da Antropologia o seu ponto de partida para interdisciplinarmente com a colaboração de outras ciências fixar os passos de sua criação. Daí afigurar-se-nos mais adequado para o estudo regional do Brasil a base de sua formação cultural. Critério em que se associam disciplinas diversas, — e entre elas, a Geografia — indispensáveis para se conhecer e se interpretar as nuances que oferece o quadro estudado. Culturalmente é, sem dúvida, o sentido mais adequado para a formulação dêste estudo; critério fundamental, e quase diria inalienável, sem o qual se tornaria insuficiente, ou impossível, a caracterização regional.

De acôrdo com estudos que então formulamos, levantando a mais vasta bibliografia possível — sobretudo fontes puramente regionais, obras sôbre Estados ou Municípios, às vêzes romances, contos, novelas, não raro também poesia — sem esquecer a documentação puramente histórica — papéis, falas presidenciais, MSS existentes em arquivo, — podemos então partir para uma caracterização de regiões culturais do Brasil. Tal caracterização funda-se no conhecimento do processo de ocupação humana, oportunidade em que se entrelaçam fatôres do meio físico, fatôres econômicos e fatôres históricos. A geografia, a história e a economia se unem para dar feição à sociedade em formação. A característica regional surge dêsse entrelaçamento em que se fixam, de uma parte, o meio físico — a geografia — e, de modo a caracterizar social e culturalmente os grupos humanos em contacto. E' assim que surgem os diferentes tipos de ocupação econômica da terra, com a agricultura, com a pecuária em diferentes partes, com a mineração, com a extração vegetal, sobretudo a borracha, com a pesca, e assim por diante.

Com base em tais elementos, e tendo em vista o processo de ocupação humana através da perspectiva histórica de sua evolução, encontramos no quadro do Brasil contemporâneo as seguintes regiões culturais : 1. — O Nordeste Agrário do Litoral; 2. — O Nordeste Mediterrâneo; 3. — A Amazônia; 4. — A Mineração do Planalto; 5. — O Centro-Oeste; 6. — O Extremo-Sul Pastoril; 7. — A de Colonização Estrangeira; 8. — A do Café; 9. — A Faixa Industrial (1). A estas nove regiões tìpicamente culturais, pela sua formação e pelas características que hoje apresentam, deveríamos acrescentar três outras que, apesar de sua ocupação humana e sua evolução histórica, ligadas a uma atividade econômica, não se apresentam, entretanto, com uma autonomia absoluta que as identifiquem; e isto porque estão unidas mais particularmente a outras regiões, não raro as completando ou identificando-se com elas. São : a região do Cacau, no sul baiano; a do Sal, no Rio Grande do Norte e no Rio de Janeiro, e a da Pesca, por todo o litoral, estendendo-se pela faixa de beira-mar do Brasil. No mapa encontram-se fixadas estas regiões, de acôrdo com sua distribuição geográfica, excetuadas, porém, a da Faixa Industrial, de vez que esta se sobrepõe sôbre uma parte da região do Café, e a da Pesca que, como dissemos, se alonga por estreitíssima área territorial do litoral. As demais, inclusive as do Cacau e a do Sal se encontram identificadas no território brasileiro.

O quadro delimitatório de regiões culturais do Brasil que acabamos de apresentar, embora esquemàticamente, não tem, nem poderia ter, caráter estático; ao contrário : é profundamente dinâmico. Cada uma das regiões indicadas vive o seu processo de transformação. Nenhuma delas se pode dizer seja integralmente uma parcela do Brasil arcaico;

---

(1) — Estudo mais completo de cada região, v. Manuel Diégues Júnior, **Regiões Culturais do Brasil**. C.B.P.E., Rio de Janeiro, 1960.

e mesmo a que se possa considerar mais adiantada, seria a rigor enquadrada exclusivamente num Brasil moderno. O que se verifica é que as transformações atingem as regiões, ou cada uma delas, em particular, às vêzes de forma desigual, e sempre sem cobrir tôda a sua área.

Assim, aquela velha divisão dicotômica do Brasil já não tem a validade de sua permanência. Ao contrário: a própria caracterização cultural do Brasil é um meio para melhor compreendermos o processo de transformações que vivemos em nossos dias. As dicotomias se transformaram para uma diversidade de quadros em que elas aparecem não mais em caráter nacional, mas em caráter regional. São aspectos encontrados em cada região, e que mostram a expansão cultural da sociedade brasileira, e, com ela, as marcas que se foram fixando no panorama do Brasil contemporâneo.

O que se verifica é a unidade do espírito brasileiro marcada pela diversidade dessas condições regionais. A essa paisagem é que se vêm sobrepondo influências transformadoras que fazem com que uma capital nordestina do litoral tenda a assemelhar-se a uma capital do extremo-sul ou do centro.

De modo que, dentro dêsse quadro aqui exposto, poderemos considerar as regiões culturais do Brasil como um sistema de vida em que a diversidade proporciona a unidade; seria, enfim, o "equilíbrio de contrastes" que nas diferentes regiões consideradas proporcionam o panorama de vida brasileira. Somos, acima de tudo, êsse complexo de regiões, que através de uma paisagem variada, do ponto de vista físico, suscita também uma diversidade de aspectos, do ponto de vista cultural. Mas êsse quadro variado, diversificado, equilibrado, talvez possa mesmo dizer-se que é o segrêdo da permanência do Brasil, através do tempo, na seqüência de seus acontecimentos históricos, nas perspectivas de suas transformações futuras.